

Jornais Comunitários Na Amazônia: Uma Representação Popular Na Contra Hegemonia

Community Newspapers in Amazonia: a People's Representation in Against Hegemony

Célia Regina Trindade Chagas Amorim,²

Universidade Federal do Pará

celia.trindade.amorim@gmail.com

Ana Lúcia Oliveira da Cruz,³

Universidade Federal do Pará

analuciacruz75@gmail.com

Lidyane Braga Albim.⁴

Universidade Federal do Pará

lbalbim@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo analisa pequenos jornais e informativos comunitários na Amazônia a partir do contexto da ocupação da região Norte do Brasil pelo regime militar instalado no país em 1964 e durante o processo de redemocratização do país. Esses meios de comunicação surgiram vinculados a movimentos de resistência durante o governo ditatorial; e a movimentos sociais orgânicos por exigência de direitos de cidadania na reconstrução da democracia brasileira. Objetiva-se a investigação científica sobre esses jornais e a relação que estabeleciam com as comunidades populares por demandas nos bairros das periferias nas cidades da Amazônia. Trata-se de um estudo teórico-bibliográfico e documental. O artigo faz parte de uma investigação do Projeto Mídias Alternativas na Amazônia da UFPA. A finalidade é produzir pesquisas sobre o significado de mídia contra hegemônica na Amazônia.

Palavras-chave.

Ditadura Militar. Mídia Popular. Comunitária. Contra hegemonia.

Abstract

This paper examines small community newspapers and newsletters in the Amazon from the context of the occupation of northern Brazil by the military regime installed in the country in 1964 and during the process of democratization of the country. These media have emerged linked to resistance movements during the dictatorship, and the organic social movements demanding citizenship rights in the reconstruction of Brazilian democracy. It has as objective to research scientifically on these newspapers and the

relationship they established with the popular demands by communities in the neighborhoods of the suburbs in the Amazonian cities. This is a theoretical and bibliographic and documentary study. The article is part of a research project of the Alternative Media in the Amazon at UFPA. The purpose is to produce research on the meaning of counterhegemonic media in the Amazon.

Keywords.

Military Dictatorship. Popular media. Community. Counterhegemony.

Introdução

Na Amazônia brasileira, no período de Ditadura Militar, de 1964 a 1985, e pós-ditadura, circulou uma profusão de pequenos jornais, boletins e informativos de orientação contra hegemônica que representavam os setores populares e os movimentos comunitários em áreas urbanas e de florestas.

Essas experiências de comunicação estavam ligadas a movimentos sociais orgânicos em torno de reivindicações pela liberdade de organização popular e por direitos de cidadania. Este artigo apresenta alguns desses pequenos meios de comunicação, desvenda suas pautas e estuda a contribuição da comunicação comunitária no processo de redemocratização do Brasil, em especial na fronteira Norte do país.

Os 21 anos de ditadura militar brasileiro impuseram à Amazônia um modelo de desenvolvimento “intensivo e extensivo” (Ianni, 1986) de reprodução do capital internacional. A região foi vítima de planejamentos de exploração das riquezas do território. Os grandes projetos de ocupação deixaram as populações locais em uma situação de miséria e desassistidas dos direitos básicos de cidadania.

Os pequenos jornais e boletins contra hegemônicos foram significativos durante o processo de retorno do Brasil à vida democrática. De um lado, estavam as velhas forças políticas ligadas ao regime ditatorial cujos expoentes no Pará eram Jarbas Passarinho, Alacid Nunes e latifundiários. De outro, os setores sociais e políticos progressistas que se reorganizavam pelo restabelecimento da democracia. Eram os movimentos estudantis, parte da igreja católica, sindicatos rurais e urbanos, intelectuais e artistas, associações populares e comunitárias.

Nesse período o sistema bipartidário implantado no país de 1965 a 1979 centralizou-se em duas legendas: dos aliados ao regime, Aliança Renovadora Nacional (Arena); e da

“oposição”, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Todos os demais partidos foram considerados extintos como o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Na disputa entre o velho e o novo situam-se os movimentos de orientação popular que participavam dos debates e tomavam conta da sociedade brasileira no contexto de transição para a democracia. As discussões se deram em torno da Assembleia Nacional Constituinte para a elaboração e aprovação de uma nova Constituição para o Brasil em outubro de 1988. Na Amazônia, a consequência da implantação de grandes projetos gerou a concentração de terras no campo e carestia nas cidades.

Os princípios que sustentam e fundamentam uma sociedade democrática estavam na ordem do dia. As garantias básicas de cidadania e de liberdade que haviam sido suspensas pelo militares ocupavam as pautas dos meios de comunicação alternativa que atuavam como instrumento de resistência das populações ao domínio do capital sobre o território e sobre as riquezas da região e tiveram significativa participação nas conquistas populares.

1 Comunicação e movimentos populares na Amazônia

Os movimentos sociais populares na Amazônia que lutavam na resistência ao regime ditatorial e durante o período de reconstrução democrática necessitavam de uma imprensa alternativa para a afirmação de suas existências. Os diversos jornais e boletins comunitários eram considerados um espaço público de demarcação ideológica dos setores da sociedade que pressionavam os múltiplos espaços de poder do Estado. Assim, a produção de instrumentos alternativos faz parte da essência de os movimentos ganharem visibilidade em um campo de disputas configurado pela hegemonia dos grandes grupos de comunicação associados a grupos de poder econômico.

Parte-se, neste estudo, de que a relação entre os diversos movimentos sociais e suas comunicações alternativas na Amazônia, a partir de 1964, deve ser compreendida pelo acirramento das contradições das classes sociais durante a expansão da política econômica dos militares na região.

Os movimentos sociais na Amazônia funcionavam como forma de pressão das classes que não obtinham os benefícios do modelo econômico do regime militar. Marianne Schimink e Charles Wood, em obra intitulada *Conflitos Sociais e a Formação da Amazônia* (2012: 52), fazem lúcida análise sobre a organização dos grupos sociais na região depois da implantação dos grandes projetos no início da década de 1960. Os autores afirmam que o

“conflito social é uma característica inerente à sociedade de classes”.

Em mesma obra Schimink & Wood (2012) compreendem grupos sociais como

“coletividades de pessoas, definidas por formas comuns de acesso a recursos produtivos e por sua participação em relações similares para ganhar a vida”. Os autores ainda detectam os grupos sociais em enfrentamento na Amazônia pós-ditadura militar:

Nós podemos listar uma legião de grupos sociais operando no cenário de fronteira, categorizando-os em estratos dominantes ou subordinados, baseados em seus relativos níveis de poder, isto é, a capacidade de um ator impor sua vontade, de sucesso sobre os outros. O estrato dominante compreende proprietários de grandes fazendas e serrarias, os gerentes e diretores de companhias mineradoras, bem como comerciantes autônomos e representantes de capital corporativo. Membros dos estratos subordinados incluem uma gama de atores de menor poder, tais como assalariados, camponeses, garimpeiros, seringueiros, castanheiros, pescadores e índios. (Schimink & Wood, 2012: 51).

Corroborando com os argumentos acima, Violeta Loureiro ao analisar os movimentos sociais na obra *A Amazônia no século XXI, novas formas de desenvolvimento* (2009), afirma que:

Os movimentos sociais e o conflito exprimem a resposta das classes e grupos subordinados à permanente exclusão e marginalização a que são submetidos. Refletem as lutas que acontecem no interior da sociedade, a partir de um grupo social organizado que revida certas ações do Estado e de grupos privilegiados da sociedade com uma resposta àquilo que o grupo considera ilegítimo ou socialmente errado e que o coloca em situação inferior e desigual em relação aos demais segmentos da sociedade. (Loureiro, 2009: 194).

Percebe-se pela análise das pautas dos pequenos meios de comunicação dos movimentos sociais na Amazônia que os jornais populares foram uma reação ao modelo de ocupação da região. O regime militar desconsiderou os ribeirinhos, os colonos, a população crescente nas periferias das grandes e pequenas cidades que se formavam ao

longo das rodovias e rasgaram a floresta a partir de 1960. O objetivo dos militares era desenvolver a totalidade regional sem as suas partes, constituídas de grupos sociais históricos que vivem em lugares relacionados com a natureza.

Essas populações tornaram-se desterritorializadas. O Estado brasileiro se ausentou dos direitos básicos ligados à saúde, educação e moradia. Na Amazônia, a reivindicação por um pedaço de terra, quer seja nas cidades, por um espaço de moradia; quer seja nas áreas de florestas, por um pedaço de chão para produzir. A exigência de direitos de cidadania foi assumida por movimentos sociais orgânicos contestatórios e seus veículos alternativos de comunicação.

Esses meios de comunicação possibilitavam aos movimentos sociais não somente a divulgação de suas ideias, mas faziam parte da estratégia de enfrentamento contra o projeto de ocupação da Amazônia. Em muitos casos, os jornais e boletins foram o único canal de mobilização e organização dos movimentos. Observa-se, com isso, que a comunicação alternativa é uma condição para a afirmação de setores populares como vozes ativas na resistência à ordem vigente e no alcance de aspirações legítimas como o direito de comunicar, de morar, de saúde e de educação.

John Downing em *Mídia Radical: Rebeldia nas Comunicações e Movimentos Sociais* (2002) chama a atenção para as relações dos movimentos sociais e seus órgãos de comunicação. Downing (2000) considera indispensável o estudo sobre os instrumentos de comunicação dos movimentos sociais:

Chega-se a ser quase um mistério o fato de haver tão pouca análise sistemática da comunicação ou da mídia na literatura sobre movimentos sociais. Existe hoje uma crescente literatura entre a mídia convencional e os movimentos e sobre a mídia alternativa dos movimentos. É impossível imaginar como se explica que tantos especialistas em movimentos sociais consideram possível analisar a dinâmica desses movimentos sem uma reflexão sistemática sobre sua mídia e comunicação. (Downing, 2000: 5859).

As análises de Downing permitem esclarecer que somente é possível a compreensão dos veículos de comunicação populares em uma estreita relação com os movimentos dos quais fazem parte. Os vários instrumentos de comunicação popular contra hegemônicos atuantes na Amazônia expressam a história desses movimentos em consonância com o pensamento de Downing:

A comunicação e a mídia, tanto dentro, quanto fora de suas fileiras, desempenha um enorme papel na trajetória dos movimentos. Estranhamente, porém, grande parte da literatura sobre os movimentos sociais evita envolver-se numa discussão metódica sobre a questão da comunicação e da mídia. Para a abordagem relativa à rebelião das massas, a comunicação acontece por obra de alguma química selvagem. (Downing, 2002: 59)

A Professora Cicília Peruzzo (2009) em artigo intitulado *Aproximações entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço* traz grandes contribuições para o entendimento da comunicação alternativa popular e comunitária associada aos movimentos orgânicos e permite analisar os jornais e boletins comunitários encontrados na região na concepção que expressa a autora:

Historicamente, a posição político ideológica desse tipo de comunicação no Brasil é de caráter contestador ao *status quo* e serve como canal de expressão de setores subalternos da população organizados com vistas a obter respostas para suas demandas ligadas às carências sociais e econômicas advindas das desigualdades sociais (condições de moradia, de saúde etc.), bem como as lutas para democratizar a política e a sociedade, além daquelas do mundo do trabalho que visam melhorar a distribuição de renda as condições de execução de tarefas produtivas. (Peruzzo, 2009: 3).

Os jornais e boletins populares e comunitários atuantes na Amazônia identificam-se ao que Cicília Peruzzo define como marca comum à comunicação alternativa:

A comunicação alternativa se baliza por uma proposição diferente: pretende ser uma opção como canal de expressão e de conteúdos infocomunicativos em comparação à grande mídia comercial, à grande mídia pública de tendência conservadora. Partindo desse pressuposto vem se desenvolvendo ao longo da história uma práxis comunicacional-teoria e prática- diversa e que se modifica em conformidade com o contexto histórico em que se realiza (Peruzzo, 2009: 2).

As diversas expressões comunicativas alternativas produzidas pelos movimentos sociais na Amazônia pós-1964 situam essas mídias como essência de uma indispensabilidade de enfrentamento e posicionamento ideológico dos setores populares na afirmação e reafirmação como sujeitos históricos que constroem os lugares em que vivem.

Jornais como *O Comunitário* (1980), *Comunidades em Ação* (1980) e *Boletim da Comissão de bairros de Belém - CBB* (1980) foram produzidos por membros das próprias

comunidades a que davam vozes. As pautas dos exemplares refletem a autonomia de pensamento e de elaboração das populações na condução do exercício do direito de se organizarem e de se comunicarem.

2. Comunicação popular e comunitária e o contexto histórico da Amazônia.

As especificidades de se construir mídias contra hegemônicas na Amazônia no período de Ditadura Militar e, pós-ditadura, somente podem ser compreendidas com o estudo do contexto histórico a partir da análise da política econômica do Governo Ditatorial que se instalou no Brasil em 1964.

A Ditadura Militar assumiu compromissos com o centro do capitalismo mundial que apoiou o Golpe de Estado. O Governo vinculou a economia do país a interesses financeiros internacionais e adotou-se o tipo de capitalismo dependente, de abertura total da economia.

O desenvolvimento econômico sustentado em empréstimos em instituições bancárias internacionais tinha como um ponto central uma agressiva diversificação das exportações brasileiras. A Amazônia foi articulada dentro desses princípios econômicos de aumento das exportações de matérias primas. O Governo Militar estabeleceu planos específicos para a região assentados em Grandes Projetos de ocupação e exploração que geravam conflitos sociais tanto em áreas urbanas, quanto em áreas de florestas.

O Professor Otávio Ianni (1986) em *Ditadura e Agricultura: O desenvolvimento do Capitalismo na Amazônia 1964-1978* analisa os fundamentos da política econômica dos militares:

Desde o primeiro momento, o governo militar instalado com o Golpe de Estado de 1964 foi levado a adotar uma política de portas abertas para o capital estrangeiro, isto é, para o imperialismo. O conjunto do aparelho estatal, em suas condições econômicas e políticas, foi posto a serviço dos interesses da empresa imperialista multinacional e nacional. Desse modo inaugurou-se uma época de desenvolvimento capitalista intenso e generalizado, na indústria e agricultura, na cidade e no campo. Daí a política agressiva e repressiva, em termos econômicos e políticos, no sentido de superexplorar a força de trabalho do proletariado industrial e agrícola. (Ianni, 1986: 19-20).

As pautas dos pequenos jornais e boletins comunitários refletem o que Otávio Ianni compreende como consequência sofrida pelos setores populares quanto à política

econômica do Governo Militar. Somente uma parcela da população foi beneficiada com o desenvolvimento econômico do país. Na Amazônia, os setores populares sentiram a voracidade da expansão capitalista na região.

A execução de Grandes Projetos provocou uma reestruturação drástica da geopolítica da região. A implantação de grandes rodovias modificou a economia local. Cidades ribeirinhas do interior que tinham papel estratégico na movimentação da economia perderam posições. As crises resultantes desse modelo de desenvolvimento expulsaram as populações para as áreas de periferias das cidades, principalmente para as capitais da região.

Segundo Bertha K. Becker em *Geopolítica na Amazônia* (2004) é necessário compreender a geopolítica “como um campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço geográfico. Foi esse o fundamento da ocupação da Amazônia desde os tempos coloniais”. (Becker, 2004: 71).

O discurso ecológico foi amplamente utilizado para justificar a apropriação do território da Amazônia. A defesa da integridade da floresta justificou o interesse de grupos internacionais que passaram a atuar na região. A Professora Clara Pandolfo em obra intitulada *Amazônia Brasileira: ocupação desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras* (1994) desmistifica esse posicionamento ecologista:

Não é apenas por motivos puramente conservacionistas que a Amazônia centraliza, hoje, as atenções mundiais. Situada que está dentro das necessidades vitais do poder atual, a região desperta interesse pela grande magnitude de seus recursos naturais. Para o movimento de expansão capitalista que se apoia no novo paradigma científico-tecnológico dos países desenvolvidos, a Amazônia representa, sobretudo, uma reserva de alto valor estratégico. (Pandolfo, 2004: 19).

O controle do território revela uma ligação entre os conflitos sociais que se desenvolviam nas periferias das cidades e os confrontos pela posse da terra nas áreas de florestas. A formação de latifúndios demoveu as populações para áreas urbanas das cidades sem estrutura de moradia, saneamento, saúde e empregos.

Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim, em artigo intitulado *Fronteira Amazônica e Planejamento na época da Ditadura Militar no Brasil: inundar a Hileia de Civilização* (2010) em consonância com Clara Pandolfo afirma que por trás dos vários

planos de desenvolvimento instalados aqui pelos militares e das teorias que os sustentavam havia uma estratégia de “apropriação técnica e ideológica da Amazônia” (Bomfim, 2010: 15). Ele apresenta argumentos claros para se entender que todos os projetos de ocupação da floresta estavam ligados aos interesses do capital nacional e internacional, em detrimento das necessidades dos povos amazônicos.

A produção de jornais e boletins populares de atuação contra hegemônica nas cidades da Amazônia pautaram os problemas resultantes dos projetos de ocupação. Esses vários órgãos de comunicação revelam que houve resistências das populações locais à concepção de desenvolvimento instalado na região a partir de 1964.

3. Jornais, boletins populares e comunitários na Amazônia

Os pequenos jornais populares e de bairros atuantes na Amazônia eram produzidos em pequena escala, a grande maioria era mimeografada e confeccionada por membros da comunidade local. As capas e as matérias registravam o uso amplo de desenhos atrativos. A linguagem era objetiva, com textos concisos. Tinham a preocupação de informar a comunidade sobre os problemas locais que não eram tratados com profundidade pela grande imprensa.

Os fatos eram apresentados a partir da visão dos interesses dos moradores. Em muitos casos, a produção da pauta era antecedida por debates nos chamados “comitês de bairros”. Havia prática de reuniões para leitura coletiva dos jornais em centros comunitários.

Esse modo de operar dos grupos produtores dessas mídias situa os pequenos jornais e boletins comunitários nas reflexões de Paulo Freire em *Extensão ou Comunicação* (1983) sobre a indispensabilidade de a comunicação ser recíproca para o desenvolvimento das autonomias:

O mundo social e humano não existiria como tal se não fosse um mundo de comunicabilidade fora do qual não é possível dar-se o conhecimento humano. O mundo humano é, dessa forma, um mundo de comunicação. Na Comunicação não há sujeito passivo. A comunicação, pelo contrário, implica numa reciprocidade que não pode ser rompida. (Freire, 1983: 44).

Os jornais e boletins comunitários e populares eram produzidos em uma prática de comunicação recíproca em acordo com o pensamento de Paulo Freire. O modo de

operar dos jornais incluía a participação dos membros das comunidades na definição das pautas. Os pequenos jornais assumiam também em suas páginas os problemas políticos gerais, mas tinham como marca a abordagem das problemáticas do cotidiano das populações do bairro, como a falta de água, de saneamento, de escolas e serviços de saúde.

A análise dos jornais de bairros realizada neste estudo comunga da concepção gramsciniana de que é necessário atuar em todas as frentes para se alcançar a hegemonia. Os jornais e boletins participavam dos enfrentamentos nas esferas política, econômica, ideológica e cultural. Funcionavam ainda como instrumentos pedagógicos de formação e educação dos moradores dos bairros.

O direito de moradia era uma pauta constante nos diversos jornais populares. Os jornais *O Comunitário* (1980), de Belém/PA e o *Luta dos Bairros* (1987), de Imperatriz/MA, publicavam matérias sobre mobilizações por moradia, por programas de saúde nos bairros, denunciavam a falta de água e divulgavam agendas de reuniões dos centros comunitários e associações de moradores.

Figura 1: Boletim O Comunitário - 1980 Figura 2: Jornal A Luta dos bairros - 1987



Fonte: Projeto Mídias alternativas na Amazônia Fonte: Projeto Mídias alternativas na Amazônia

Vários jornais populares e comunitários surgidos em bairros nas cidades da Amazônia eram produzidos em paróquias de igrejas Católicas. O Professor Pedro Costa Sobrinho em Tese de Doutorado intitulada *Meios Alternativos de Comunicação e Movimentos Sociais na Amazônia Ocidental (Acre: 1871-81)* (2000) analisa a influência da Igreja Católica sobre alguns periódicos:

Fatos importantes ocorridos durante a década de sessenta no âmbito da sociedade, da política, da cultura e da religião, tiveram com certeza, um papel decisivo para que a Igreja Católica buscasse reavaliar as suas ações e práticas tradicionais, abrindo o debate interno amplo sobre os vários caminhos que poderiam ser seguidos e quanto às novas responsabilidades sociais a serem assumidas num mundo em crise (Costa Sobrinho, 2000, p. 45).

Observa-se em vários jornais a participação dos setores progressistas da Igreja Católica que passaram a atuar pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) a partir de 1960. Costa Sobrinho (2000) manifesta-se quanto a esse fenômeno:

As Comunidades Eclesiais de Bairro-CEBs se multiplicaram; em pouco mais de 10 anos foram estimadas em 80 mil, com cerca de dois milhões de fieis envolvidos no campo e nas cidades. Personalidades importantes da hierarquia eclesial se colocaram na linha de frente ao combate à Ditadura Militar. O trabalho pastoral da Igreja universalizou-se, cobrindo os sindicatos, as prisões, a luta dos sem-terra, as associações de bairro, os índios etc. Justiça, paz e defesa dos direitos humanos caminharam juntas com o seu trabalho de semear a fé e salvar as almas. (Costa Sobrinho, 2000: 48).

Como exemplos de jornais ligados ao movimento de Libertação da Igreja Católica, o Boletim *Comunidades em Ação* (1980), do Município de Bragança/PA e *Boletim informativo do Centro Comunitário São Francisco de Assis* (1984), de Belém/PA. Esses órgãos divulgavam a agenda do Movimento de Educação de Base (MEB), projetos de apoio aos pequenos agricultores e apoiavam campanhas pela legalização dos terrenos em conjuntos habitacionais nas periferias da cidade de Belém.

Figura 3: Boletim Centro Comunitário São Francisco de Assis



- 1984

1980
 Fonte: Projeto Mídias alternativas na Amazônia



Fonte: Projeto Mídias alternativas na

Alguns jornais populares de bairros ampliavam suas pautas para o debate político sobre eleições para prefeitos no período de abertura política, pós-ditadura. O *Boletim da CBB* - Comissão de Bairros de Belém (1983) exigia eleições diretas para os prefeitos e combatia a falta de liberdade política para a atuação dos movimentos sociais. O jornal *O Grito de Ananindeua* (1994) lançado na cidade de Ananindeua/PA convocava a população do município para a unificação em torno de direitos de cidadania e reforma urbana.

Figura 5: *Boletim da CBB* - 1980



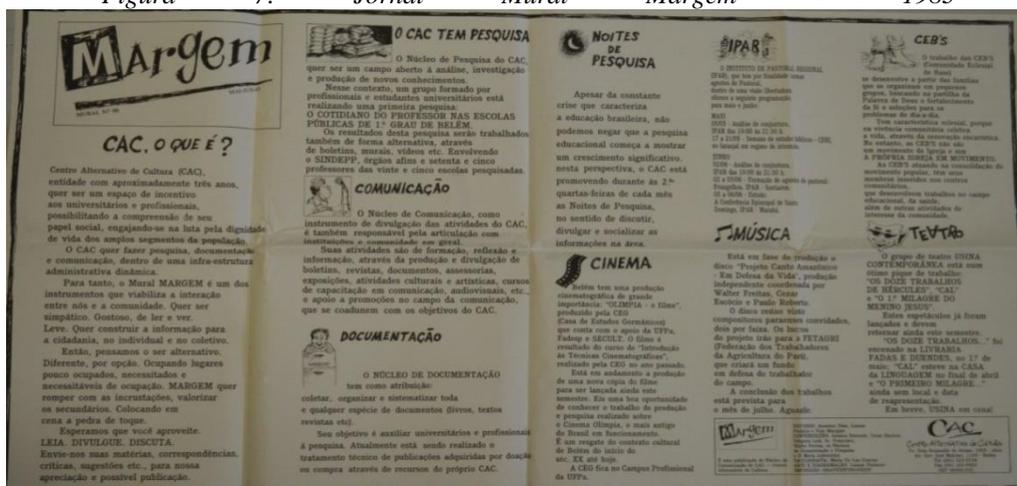
Figura 6: *Jornal O Grito de Ananindeua* - 1994



Fonte: Projeto Mídias alternativas na Amazônia Fonte: Projeto Mídias alternativas na Amazônia

Entre as variadas formas de comunicação popular alternativa na Amazônia encontra-se o jornal mural. O Centro Alternativo de Cultura (CAC) da cidade de Belém lançou em 1993 o Jornal Mural *Margem*. O objetivo era a interação com a comunidade com um instrumento fácil de ler e ver. O *Margem* divulgava agenda de cinemas alternativos na cidade, divulgava as pesquisas do CAC e projetos de música.

Figura 7: Jornal Mural Margem - 1983



Fonte: Projeto Mídias Alternativas na Amazônia

Considerações finais

Os meios de comunicação populares e comunitários atuantes na Amazônia, a partir de 1964, revelam a capacidade de resistência e de organização dos grupos sociais situados fora dos eixos de poder político e econômico. Os pequenos jornais populares formavam uma rede de articulações em defesa de direitos básicos de cidadania.

As produções de jornais, boletins, pequenos informativos, jornais murais estabeleceram um espaço público contra hegemônico indispensável, tanto em períodos de Ditadura Militar, quanto no processo de restabelecimento da democracia. Esses órgãos de comunicação cumpriram uma função educativa de análise crítica da realidade e um papel de organizadores e mobilizadores dos movimentos sociais.

Cada pequeno jornal da Amazônia representa consciências ativas capazes de práticas coletivas para o enfrentamento de tentativas permanentes de colonização política, econômica e cultural do território da região. Esses pequenos jornais trazem a prova de que a história não é natural, é construída conscientemente por grupos sociais.

A história da Amazônia brasileira, durante a Ditadura Militar e pós-ditadura, tem sido tecida por homens e mulheres dotados de inteligências e saberes para conduzirem com autonomia o destino das riquezas materiais e humanas da região. A emancipação da Amazônia não pode ser erguida sem a atuação das mídias contra hegemônicas que garantam o direito dos povos de se comunicarem com independência.

Referências

- BECKER, B. K. (2004). Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BOMFIM, Paulo Roberto. Fronteira Amazônica e Planejamento na época da Ditadura Militar no Brasil: inundar a Hileia de Civilização. B.goiano.geogr. Goiânia, v. 30, jan./jun. 2010.
- COSTA SOBRINHO, P. V. (2000). Meios Alternativos de Comunicação e Movimentos sociais na Amazônia Ocidental (Acre: 1971-81). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2000.
- DOWNING, J. H. D. (2002). Mídia radical: Rebeldia nas Comunicações e Movimentos Sociais. São Paulo: SENAC.
- FREIRE, P. (1983). Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro. Tradução Rosisca Darcy de Oliveira: Editora Paz e Terra.
- GASPARI, E. (2002). A Ditadura envergonhada. São Paulo. Companhia das letras. Coleção As ilusões armadas. V. 1.
- GRINBERG, M. S. (Org.) (1987). A Comunicação alternativa na América Latina. Petrópolis, RJ: Vozes.
- GRAMSCI, A. (1995). Os Intelectuais e a organização da cultura. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HABERMAS, J. (1984). Mudança estrutural da esfera pública. Investigação quanto uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- IANNI, O. (1986). Ditadura e Agricultura: O Desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978). Rio de Janeiro: Editora civilização Brasileira.
- LOUREIRO, V. R. (2009). A Amazônia no século XXI, novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Empório do Livro.
- MARX, K. (1844/2001). Manuscritos Econômico-Filosóficos. Tradução, Alex Marins. São Paulo: Martin Claret.
- PANDOLFO, C. (1994). Amazônia Brasileira ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras. Belém: CEJUP.
- PERUZZO, C. M. K. (2009). Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. Revista Galáxia, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun.
- SCHMINK, M. & WOOD, C. (2012). Conflitos Sociais e a formação da Amazônia. Tradução Noemi Miyasaka e Raimundo Moura. Belém: EdUFPA.

NOTAS

¹ A primeira versão do artigo foi apresentada no GP Comunicação para a Cidadania, XIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), setembro de 2013, na cidade de Manaus- AM, Brasil. Atualizado para a presente revista.

² Jornalista formada pela Universidade Federal do Pará. (1992). Possui Mestrado (2002) e Doutorado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2008). É professora Adjunta do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Pará e vice-diretora da Faculdade de Comunicação. Coordena o Projeto de pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e UFPa. Email: celia.trindade.amorim@gmail.com.

³ Graduada em Letras pela Universidade Federal do Pará. Foi bolsista de iniciação científica (FAPESPA) do Projeto Mídias Alternativas na Amazônia. Está no 7º semestre do Curso de Comunicação - Jornalismo. Universidade Federal do Pará. E-mail: analuciacruz75@gmail.com.

⁴ Graduada em Turismo pela Universidade Federal do Pará. Atuou como bolsista de iniciação científica (UFPa- AF) no projeto Mídias Alternativas na Amazônia. É graduanda do 4º semestre do curso de Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo da UFPa. Atualmente é bolsista do projeto de extensão em Comunicação Estratégica Agência Cidadã de Comunicação, vinculado à Faculdade de Comunicação da UFPa. Email: lbalbim@yahoo.com.br